

AS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA E AS GREVES DE TRABALHADORES RURAIS EM GOIÁS (1980-1990)

José Santana da Silva*

RESUMO: A transformação das relações de produção na agricultura no estado de Goiás entrou num processo acelerado a partir da década de 1970, impulsionado pelos planos nacionais e programas regionais de desenvolvimento econômico implementados pelo governo ditatorial militar. A progressiva expansão das relações capitalistas, com a expropriação de camponeses posseiros e crescente proletarianização e lumpemproletarianização da classe, gerou inúmeros conflitos entre proletários rurais (principalmente, cortadores de cana de açúcar) e donos de usinas. Por vezes, esses conflitos desembocaram em greves. Esta pesquisa tem como objetivo investigar os movimentos grevistas de trabalhadores rurais assalariados nas décadas de 1980 e 1990 em Goiás. A referência teórico-metodológica desta investigação é o materialismo histórico-dialético.

PALAVRAS-CHAVE: relações capitalistas de produção; proletariado rural; greve.

1. Introdução

A ocorrência de greves de trabalhadores rurais em Goiás nas décadas de 1980 e 1990 tem como determinação fundamental a expansão das relações capitalistas de produção na agricultura, iniciada nas décadas anteriores e acelerada a partir da década de 1970. Por esta razão, a pesquisa proposta neste projeto deve incluir uma breve descrição dessas mudanças.

Em Goiás, de acordo com Borges, pelo menos até a década de 1960, “as relações sociais de produção baseavam-se prioritariamente na agregação, cuja característica principal era a exploração e a opressão absoluta do trabalhador rural” (BORGES, 2000, p. 138). Por seu lado, o geógrafo Horiestes Gomes identifica na *meia* (meação), na *parceria* e no *arrendamento* as principais relações de produção na agricultura goiana na década de 1960 (GOMES, 1969, p. 59).

Segundo Funes, a categoria dos agregados surgiu no estado de Goiás durante a transição da economia de base mineradora (ouro) para a agropecuária (FUNES, 1986, p. 135). O agregado vivia do cultivo da terra, “geralmente com baixa produção, onde empregava o trabalho familiar como força produtiva”. Alguns deles prestavam serviços aos proprietários que os agregavam mediante “ajustes, ou como camaradas” (*idem*). Embora sejam categorias distintas, esta é uma das características comuns entre agregados e camaradas.

* Doutor em História e professor na UEG, campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas em Anápolis.

É importante observar que os termos *agregado* e *morador* não são utilizados nos documentos oficiais da década de 1960 em diante, tais como as leis e os censos. Nessas fontes são mais comuns outras categorias, submetidas a relações distintas das do agregado: *parceiros*, *meeiros*, *arrendatários*, *camaradas*. Geralmente, os autores localizam o surgimento da *camaradagem* no processo de transição das relações escravistas para o trabalho livre (cf. FRANCO, 1997).

Na definição do camarada goiano do século 19, Funes o descreve como “um tipo social de trabalhador livre que se insere no quadro das relações de produção que se estabelece aos poucos, com o declínio das forças produtivas escravas” (FUNES, 1988, p. 139). Tratava-se de um trabalhador assalariado, cujo salário raramente aparecia. Essa situação o mantinha “submisso ao senhor que o contratou” (*idem*). Um contrato verbal.

Diferentemente de Funes, Ana Lúcia da Silva afirma que, “Em Goiás, a extinção do trabalho escravo não significou a introdução do trabalho assalariado, pois o que se instituiu foi um regime de trabalho conhecido como camaradagem que, na realidade, definia um novo tipo de escravidão” (SILVA, 2001, p. 40). Essa autora define o camarada como “qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de viagens e serviços domésticos” (*op. cit.*, p. 41).

Com base nas explanações aqui sintetizadas, verifica-se que a relação de camaradagem apresentava as seguintes características: tratava-se de uma relação de trabalho entre o trabalhador rural formalmente livre, mas concretamente semisservil, e o fazendeiro, mediante contrato individual verbal ou escrito, surgida ao longo do processo de extinção da escravidão africana no Brasil; baseia-se na dependência pessoal do trabalhador em relação ao fazendeiro, sem respeito à mediação legal por parte do patrão; com o trabalhador sendo remunerado, formalmente, na forma de salário, mas que, com mais frequência, o pagamento era efetuado em espécie ou, conforme admitia o próprio Estatuto do Trabalhador Rural, “*in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro” (art. 2º). Uma relação que, embora tenha sido regularizada por lei específica em Goiás, ainda em 1930 (Decreto nº 411, de 23 de novembro de 1930), não impediu que os patrões fazendeiros transformassem o camarada num trabalhador análogo a escravo, por meio da tática do permanente endividamento, mais conhecida como *barracão*.

Nem a retórica modernizadora adotada pelos dirigentes do estado, desde Pedro Ludovico Teixeira, prócer da insurreição de 1930, nem as realizações administrativas dos sucessivos governos estaduais com alguma repercussão na economia produziram mudanças

significativas nas relações predominantes na agricultura. Embora os grandes proprietários estivessem abertos à adoção de técnicas modernas, que tornassem suas lavouras e rebanhos mais produtivos, a eles não interessava introduzir mudanças nas relações de produção, que pudessem proporcionar maior autonomia social e política aos trabalhadores.

A descrição das relações de produção no campo em Goiás indica que as transformações produzidas no setor agrário, geradas pela inserção da economia do estado no mercado capitalista, até a década de 1960, quando surgiram as primeiras organizações sindicais de trabalhadores agrícolas no estado, foram muito restritas e heterogêneas. De acordo com Borges, “estas relações apresentavam-se de diferentes formas, dependendo do grau de desenvolvimento em que encontravam as forças produtivas nas diversas regiões do Estado” (BORGES, 2000, p. 142). Na extensa parte norte do estado, onde era mais praticada a pecuária extensiva, prevalecia a camaradagem com seu assalariamento fictício.

À proporção que as relações capitalistas de produção se expandiram na agricultura, ampliou-se a proletarianização e a lumpemproletarianização dessas categorias de camponeses não proprietários, de posseiros expropriados e de semiassalariados. Esse processo foi impulsionado pelos planos nacionais¹ e programas regionais² de “desenvolvimento com segurança”, implantados pelos governos ditatoriais militares, a partir de 1964, auxiliados pelos governos estaduais.

Através de incentivos fiscais e créditos subsidiados, além da construção de infraestrutura rodoviária, os planos e programas dos governos ditatoriais induziram grandes capitalistas nacionais e estrangeiros a instalarem empreendimentos agropecuários na região amazônica, que incluía o norte do então território de Goiás, em extensas áreas de terras

¹ Embora somente em 1972 os planos de desenvolvimento econômico “com segurança” dos governos ditatoriais militares tenham recebido essa denominação – I PND (1972-1975) e II PND (1975-1979) – o primeiro instituído com esse propósito data de 1964, chamado de Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG. Antes do I PND, em 1970, foi criado o Plano de Integração Nacional – PIN.

² Dentre os programas regionais instituídos após o golpe de estado de 1964 que incluíram o estado de Goiás, destacam-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), elaborado, coordenado e executado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966), tendo na Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO, lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967) a sua congênere, que abrangia os estados de Goiás, do então Mato Grosso e posteriormente o território federal e hoje estado de Rondônia, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra, 1971) vinculado ao PIN, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste, 1971), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia, 1974), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro ou Prodecer, 1975) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (1975).

devolutas, mediante expropriação de posseiros, e a produzirem cereais em larga escala para a exportação empregando tecnologias modernas. Essa “modernização conservadora” da agricultura provou um intenso êxodo rural e transformou milhares de camponeses em trabalhadores assalariados temporários na agricultura – os denominados “boias-frias” – e outros tantos em lumpemproletários nas cidades.

Os assalariados agrícolas temporários ou “volantes” trabalhavam principalmente nas grandes lavouras de algodão (sudoeste do estado) e, principalmente, nas lavouras de cana de açúcar. Foram especialmente os cortadores de cana a categoria que promoveu greves nas décadas de 1980 e 1990, como resistência à exploração da sua força de trabalho. As precárias condições de vida geradas pela sobreexploração, assim como as degradantes condições de trabalho que motivaram às greves desses trabalhadores serão descritas no relatório da pesquisa.

A greve, entendida como “paralisação coletiva do trabalho por iniciativa dos trabalhadores visando pressionar seus empregadores para obter aumentos salariais e/ou melhores condições de trabalho” (LEITE, 1988, p. 8), teve origem no século 19.³ Nesta pesquisa, as greves serão analisadas procurando situá-las no contexto histórico, identificar as condições e os motivos que levaram os trabalhadores a decidirem pela sua realização, a sua incidência na relação com os patrões, os seus desdobramentos em termos de consecução dos objetivos da categoria, a percepção do seu significado pelos que delas participaram e o papel da organização sindical na sua efetivação.

2. Problemas da pesquisa

Após o período de intensas lutas dos camponeses sem terra e posseiros pela reforma agrária que antecedeu ao golpe de estado de 1964, os trabalhadores rurais retomaram suas ações coletivas por terra e por direitos no final da década de 1970. A categoria de trabalhadores rurais que realizou a grande maioria das greves no período aqui abordado foi a dos cortadores de cana. Com o desenvolvimento desta pesquisa pretende-se responder às seguintes questões: quais foram as razões específicas e os elementos do contexto social e político que levaram os trabalhadores rurais de Goiás a se decidirem pela ação paredista nas décadas de 1980 e 1990? Em que medida as greves dos assalariados rurais em Goiás

³ Segundo Leite, a origem do termo greve está associada à “*Place de Grève*, praça de Paris onde os desempregados se reuniam à procura de trabalho no século passado [século 19]”, sendo utilizado, inicialmente, “tanto para indicar a paralisação do trabalho como o lugar onde as pessoas procuravam trabalho” (LEITE, 1988, p. 10-11).

reproduziram ou apresentaram pontos de ruptura com o modelo adotado pela CONTAG? De que modo as greves repercutiram nas condições de trabalho e na relação dos trabalhadores com os patrões?

3. Objetivos e metas

Os objetivos da pesquisa proposta neste projeto consistem em:

- 1) Identificar os fatores que impulsionaram os trabalhadores rurais de Goiás a fazerem greves nas décadas de 1980 e 1990, além das reivindicações por melhores salários e condições de trabalho;
- 2) Comparar as greves ocorridas em Goiás com o “modelo de Pernambuco” adotado pela CONTAG com a finalidade de identificar os pontos de coincidência e as possíveis rupturas;
- 3) Verificar o grau de espontaneidade e o papel da organização sindical na realização das greves;
- 4) Avaliar o papel das greves na alteração das condições de trabalho dos assalariados rurais e os seus reflexos na relação entre trabalhadores e patrões rurais.

A realização desta pesquisa tem como meta: produção de um relatório a ser apresentado em evento acadêmico e de um artigo a ser publicado em periódico científico e num livro sobre a história dos movimentos sociais no campo no estado de Goiás.

4. Metodologia

A pesquisa aqui proposta se referencia na perspectiva metodológica do materialismo histórico-dialético, que toma como ponto de partida as múltiplas determinações concretas das ações dos sujeitos históricos e dos fatos delas resultantes. As fontes escritas utilizadas na realização da pesquisa serão: jornais editados no estado no período; documentos contidos nos arquivos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás (FETAEG), da CONTAG e da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Goiás). Os dados dessas fontes serão complementados por meio de entrevistas com trabalhadores que participaram das greves e dirigentes sindicais da época (STRs e FETAEG).



5. Bibliografia

BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas, SP: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998. 312p. (Coleção Tempo & Memória, 5).

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia, GO: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986. (Col. Teses Universitárias, 40).

GOMES, Horiestes. *Geografia socioeconômica de Goiás*. Goiânia, GO: Livraria Brasil Central Editora, 1969.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988. (Col. Teses Universitárias, 47).

LEITE, Marcia de Paula. *O que é greve?* São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. Primeiros Passos, 202).

MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. “O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola”. In: _____ (orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 7ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Traduções de Edgard Malagodi *et al.* 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Sindicalismo*. Tradução de José Roberto Marinho. – São Paulo: CHED, 1980.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Câne Editorial; Agepel, 2001.